

BOLETIM de TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL

Departamento de Economia e Estatística - DEE/SEPLAG

OUTUBRO | 2019

planejamento.rs.gov.br

 **RS**

NOVAS FAÇANHAS

NO PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Governador: Eduardo Leite

Vice-Governador: Ranolfo Vieira Júnior

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

Secretária: Leany Lemos

Secretário Adjunto de Planejamento e Orçamento: Gilberto Pompilio de Melo Filho

Secretário Adjunto de Gestão: Marcelo Soares Alves

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

Diretor: Liderau dos Santos Marques Junior

Chefe de Divisão de Pesquisa Econômica Aplicada: Daiane Boelhouver Menezes

Projeto Gráfico: Vinicius Ximendes Lopes

Revisão de Língua Portuguesa: Susana Kerschner

Equipe Técnica (DEE):

Guilherme Gaspar de Freitas Xavier Sobrinho

Raul Luis Assumpcao Bastos

Boletim de mercado de trabalho do Rio Grande do Sul / Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, Departamento de Economia e Estatística – V. 1, n. 1, (2019)- . – Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, 2019- .
v. : il.

Trimestral.

1. Mercado de trabalho – Rio Grande do Sul. 2. Trabalho formal – Rio Grande do Sul. I. Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão. Departamento de Economia e Estatística.

CDU 331.5(816.5)

SUMÁRIO

SUMÁRIO EXECUTIVO	2
1 O MERCADO DE TRABALHO DO RS CONFORME OS NÍVEIS DE INSTRUÇÃO	3
1.1 FORÇA DE TRABALHO	3
1.2 OCUPAÇÃO	5
1.3 DESOCUPAÇÃO	7
1.4 RENDIMENTOS DOS OCUPADOS	8
2 A ESCOLARIDADE DOS EMPREGOS FORMAIS DO RS	10
2.1 OS NÍVEIS DE ENSINO E SUA EVOLUÇÃO NA SÉRIE DA RAIS.....	10
2.1.1 SETORES DE ATIVIDADE	11
2.1.2 IDADE E SEXO DOS TRABALHADORES	12
2.1.3 RENDIMENTOS	13
2.2 OS ÚLTIMOS 12 MESES (OUT./18-SET./19) CONFORME O CAGED	14

SUMÁRIO EXECUTIVO

Na seção 1 do Boletim, é mostrado que a taxa de participação na força de trabalho (TPFT) no Rio Grande do Sul registrou um processo relevante de recuperação no passado recente, situando-se, no 2.º trim./2019, próxima ao seu nível máximo, verificado no 1.º trim./2017. Esse processo representou um incremento de 215 mil pessoas na força de trabalho (FT), na comparação do 2.º trim./2018 com o 2.º trim./2019.

Quanto ao recorte dos indicadores do mercado de trabalho do RS por níveis de instrução, a TPFT mostra-se mais elevada entre os homens, em relação às mulheres, em todas as faixas de escolaridade. Medido pela TPFT, o engajamento no mercado de trabalho é maior, entre os homens, no segmento com ensino médio completo, e, entre as mulheres, no com ensino superior completo. Na comparação do 2.º trim./2012 com o 2.º trim./2019, os subgrupos com menores níveis de instrução foram os que apresentaram quedas mais acentuadas no seu engajamento no mercado de trabalho. Em sentido oposto, destacou-se o segmento de mulheres com ensino superior incompleto, com um aumento expressivo de sua TPFT.

O nível de ocupação (NO) recuperou-se nos últimos trimestres, mas manteve-se abaixo daquele verificado entre 2012 e 2014. O contingente de ocupados teve um acréscimo de 203 mil pessoas na comparação do 2.º trim./2018 com o 2.º trim./2019. Essa trajetória do NO permitiu absorver grande parte do aumento da FT, com o que o patamar da desocupação no passado recente ficou praticamente estável. Cabe assinalar que a taxa de desocupação (TD) no RS, nos dois primeiros trimestres de 2019, ainda estava em um nível superior ao daquele observado entre 2012 e 2014.

Os NOs por faixas de escolaridade estavam em patamares inferiores no 2.º trim./2019 em comparação ao 2.º trim./2012, à exceção das mulheres com ensino superior incompleto e completo. Uma vez mais, os segmentos que tiveram as retrações mais acentuadas do NO foram os menos escolarizados. As TDs por níveis de instrução aumentaram de maneira generalizada durante a crise econômica, em 2015 e 2016. O segmento que mais se destaca é o com ensino médio incompleto, tanto entre homens quanto entre mulheres, cujas TDs são as mais elevadas no mercado de trabalho do RS.

Os rendimentos dos ocupados no RS, após terem perdas expressivas durante a crise econômica, evidenciaram um processo de recuperação. No 2.º trim./2019, o rendimento-hora médio real estava

próximo ao do pico da sua série temporal, que ocorreu no 3.º trim./2013.

Uma síntese do comportamento dos rendimentos dos ocupados por níveis de instrução no RS indica que, na comparação do 2.º trim./2012 com o 2.º trim./2019, os subgrupos de ocupados com menores níveis de instrução tiveram ganhos, enquanto os mais escolarizados, perdas. Nessa mesma referência comparativa, ocorreu uma redução generalizada do hiato de rendimento de gênero, à exceção do segmento com ensino fundamental incompleto, no qual esse indicador de desigualdade ficou estável.

Especificamente no segmento dos trabalhadores formalmente empregados, tratado na seção 2, o processo de elevação da escolaridade da força de trabalho no Rio Grande do Sul é intenso e continuado. Na série da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) utilizada neste estudo, que abarca de 2006 a 2018, observa-se que essa tendência atravessa a conjuntura de expansão mais acelerada do emprego total e se prolonga nos últimos anos, de arrefecimento ou reversão.

No Estado, ao longo de todo o período observado, a proporção de trabalhadores formais com escolaridade inferior ao fundamental completo é um pouco superior à verificada no agregado do País, mas esse contingente se retrai fortemente, tanto no que diz respeito à sua participação no total do emprego (de 22,7% em 2006 para 11,7% em 2018), quanto em números absolutos (-188 mil trabalhadores). O segmento com ensino médio completo (incluídos os indivíduos que iniciaram, mas não concluíram, cursos superiores) chegou ao ano passado representando virtualmente metade dos empregados formais do RS. Aqueles com certificação superior avançaram de 14,1% para 21,1%, ao longo dessa série.

A distribuição dos trabalhadores segundo os anos de estudo que concluíram é fortemente diferenciada segundo os setores de atividade. Aqueles em que prepondera a mão de obra menos escolarizada — notadamente agropecuária e construção civil — tiveram como principal movimento, no período, a expansão da parcela de trabalhadores com ensino fundamental completo; nos demais, a “fronteira” a que se avançou foi a do ensino médio, ou, no caso destacado da administração pública, a do ensino superior. Nesse setor, ao final de 2018, quase 60% dos trabalhadores formais tinham atingido esse nível de ensino.

A média de idade dos trabalhadores formais mostra-se mais alta nos segmentos menos escolarizados: os analfabetos, hoje já residuais, tinham, em 2018, 10 anos a mais de idade do que a média de todos os empregados. À medida que se avança no número de anos de estudo concluídos, a idade média reduz-se, até a faixa entre o ensino médio incompleto

to (na qual se verifica a única atipicidade dessa tendência) e o superior incompleto. Apenas no último segmento, o ensino superior, “ponto de chegada” nessa distribuição, a média volta a subir.

As mulheres formalmente empregadas têm níveis de escolarização muito mais elevados do que os homens. O segmento com nível superior sintetiza essa vantagem, que se replica em todos os recortes e nos principais setores de atividade: em 2018, 28,7% do contingente feminino tinha atingido essa certificação, enquanto, no caso dos homens, o percentual restringia-se a 14,5%.

As desigualdades salariais a partir do critério de escolaridade diminuíram ao longo da série, o que reflete ganhos reais decrescentes, no acumulado do período, segundo esse critério. A maior variação fica, precisamente, com a base, os analfabetos (37,3%), enquanto os empregados com nível superior incompleto amargam o pior resultado (perda de 9,2%, em valores corrigidos). Os diplomados nesse nível também sofreram decréscimo, embora mais brando, de 1,9%.

Nos últimos 12 meses encerrados em setembro último, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) aponta pequena variação positiva do emprego formal no Rio Grande do Sul, com saldo de 15,4 mil postos. Esse total combina nova redução do segmento menos escolarizado (13,7 mil vínculos a menos de trabalhadores com escolaridade até o fundamental completo, inclusive) e expansão de 29,2 mil postos ocupados por indivíduos que ao menos iniciaram o ensino médio.

1 O MERCADO DE TRABALHO DO RS CONFORME OS NÍVEIS DE INSTRUÇÃO

Esta seção trata da evolução de um conjunto selecionado de indicadores do mercado de trabalho do Rio Grande do Sul, com ênfase no seu recorte por níveis de instrução. São utilizadas séries temporais trimestrais de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no período que se estende do 1.º trim./2012 ao 2.º trim./2019¹. Esse período caracterizou-se por baixo ritmo de crescimento econômico até o 2.º trim./2013, por uma severa recessão até o 3.º trim./2016 e, posteriormente, por um processo de lenta recuperação da atividade econômica.

1.1 FORÇA DE TRABALHO

Uma medida de engajamento das pessoas no mercado de trabalho é a taxa de participação na força de trabalho (TPFT)². Pode-se constatar que o seu comportamento no RS foi caracterizado por oscilações até o início de 2017, o qual esteve combinado com uma tendência de aumento (**Gráfico 1**). O ponto máximo da TPFT ocorreu no 1.º trim./2017, quando esse indicador atingiu 64,9%. Após esse trimestre, a TPFT ingressou em uma trajetória de intensa redução, situando-se em 62,6% no 2.º trim./2018, o piso de toda a sua série temporal. A partir do 3.º trim./2018, o comportamento da TPFT evidenciou um processo de recuperação parcial, tendo alcançado 64,1% no 2.º trim./2019. Ainda no âmbito dos indicadores que operam pelo lado da oferta no mercado de trabalho, a força de trabalho (FT) no RS, após diversas oscilações, registrou o seu ponto máximo até então no 1.º trim./2017 — um incremento de 392 mil pessoas em relação ao mesmo trimestre de 2012 (**Gráfico 1**). Depois do 1.º trim./2017, verificou-se um forte processo de saída de pessoas da FT, que se estendeu até o 2.º trim./2018, com uma contração de 170 mil indivíduos no seu contingente. A posterior recuperação e o crescimento da FT fez com que esta atingisse o ponto máximo de toda a sua série temporal no 2.º trim./2019 (6.136 mil pessoas).

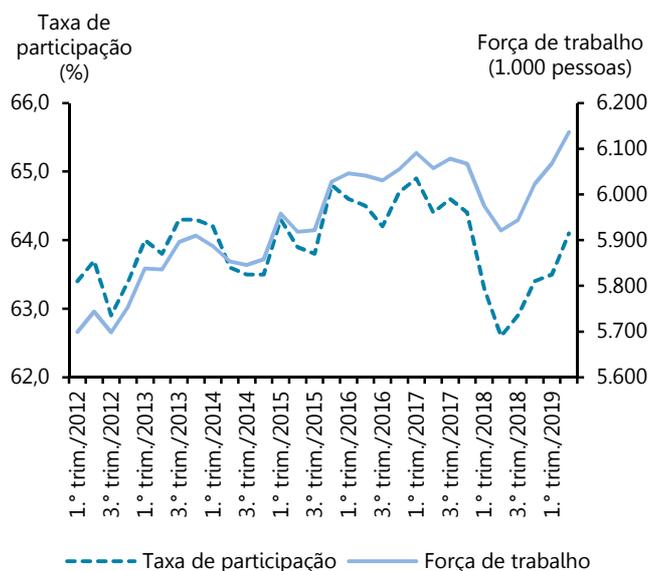
Quanto ao recorte da TPFT por sexo e níveis de instrução, a primeira constatação de caráter geral é a

¹ Quando da elaboração desta seção do Boletim, os dados da PNAD Contínua para as unidades da Federação estavam disponíveis até o 2.º trim./2019.

² A taxa de participação na força de trabalho é obtida pela divisão da força de trabalho pela população em idade de trabalhar, que corresponde aos indivíduos de 14 anos ou mais de idade, e é expressa em termos percentuais.

de que esse indicador no RS é mais elevado entre os homens em todas as faixas de escolaridade (**Tabela 1**). A TPFT dos homens no RS que se mostra de maior magnitude é a do segmento com ensino médio completo, tanto no começo quanto ao final do período de cobertura deste estudo: 86,3% no 2.º trim./2012 e 86,6% no 2.º trim./2019. Para a população feminina, de forma distinta, o segmento que detém a maior TPFT é o de ensino superior completo: 78,7% no 2.º trim./2012 e 79,6% no 2.º trim./2019. Em situação antagônica, os menores níveis de engajamento no mercado de trabalho, no Estado, para ambos os sexos, pertencem ao segmento menos escolarizado, com ensino fundamental incompleto: entre os homens, a TPFT era de 65,3% no 2.º trim./2012 e de 58,3% no 2.º trim./2019 e, entre as mulheres, 40,0% e 34,2% nas mesmas referências comparativas.

Gráfico 1 - Taxa de participação na força de trabalho e força de trabalho no Rio Grande do Sul — 1.º trim./2012-2.º trim./2019



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do IBGE.

Os segmentos menos escolarizados mostram redução do engajamento no mercado de trabalho do RS (**Tabela 1**). Na comparação do 2.º trim./2019 com o 2.º trim./2012, entre as mulheres, a TPFT relativa ao ensino fundamental incompleto teve uma queda de 5,8 pontos percentuais e, entre os homens, de 7,0 pontos percentuais. No caso das mulheres, na mesma referência comparativa, a população com ensino fundamental completo também registrou retração em sua TPFT (5,5 pontos percentuais). Uma situação singular é a do subgrupo com ensino superior incompleto, uma vez que, entre as mulheres, ocorreu elevação da TPFT, e entre os homens, queda. Assim, na comparação do 2.º trim./2012 com o 2.º trim./2019, a diferença desfavorável às mulheres no grau de en-

gajamento no mercado de trabalho reduziu-se de 15,0 para 5,0 pontos percentuais.

Tabela 1- Taxa de participação na força de trabalho, por sexo e níveis de instrução, no Rio Grande do Sul — 2.º trim./2012-2.º trim./2019

a) homens				
NÍVEIS DE INSTRUÇÃO	2° TRIM			
	2° TRIM/2012	2° TRIM/2013	2° TRIM/2014	2° TRIM/2015
Fundamental incompleto	65,3	65,7	64,0	62,0
Fundamental completo ..	74,4	73,1	74,8	75,4
Médio incompleto	74,6	73,8	72,7	71,7
Médio completo	86,3	86,6	84,7	85,9
Superior incompleto	84,7	84,0	82,8	82,6
Superior completo	85,8	85,6	85,4	85,3
Total	73,4	73,7	73,0	72,9

b) mulheres				
NÍVEIS DE INSTRUÇÃO	2° TRIM			
	2° TRIM/2016	2° TRIM/2017	2° TRIM/2018	2° TRIM/2019
Fundamental incompleto	61,3	60,7	56,6	58,3
Fundamental completo ..	78,4	76,7	77,3	73,7
Médio incompleto	72,6	72,3	73,8	73,7
Médio completo	86,3	86,8	86,0	86,6
Superior incompleto	84,3	81,7	82,3	80,7
Superior completo	88,1	86,2	85,5	85,0
Total	73,8	73,2	71,9	72,8

b) mulheres				
NÍVEIS DE INSTRUÇÃO	2° TRIM			
	2° TRIM/2012	2° TRIM/2013	2° TRIM/2014	2° TRIM/2015
Fundamental incompleto	40,0	37,6	37,1	36,8
Fundamental completo ...	56,4	52,9	54,4	55,0
Médio incompleto	54,3	51,9	49,3	56,6
Médio completo	70,2	71,6	70,2	70,6
Superior incompleto	69,7	71,7	74,1	72,2
Superior completo	78,7	79,4	78,5	78,7
Total	54,8	54,9	55,0	55,6

b) mulheres				
NÍVEIS DE INSTRUÇÃO	2° TRIM			
	2° TRIM/2016	2° TRIM/2017	2° TRIM/2018	2° TRIM/2019
Fundamental incompleto	36,7	36,0	33,7	34,2
Fundamental completo ...	53,7	54,0	50,7	50,9
Médio incompleto	55,0	59,0	55,6	51,2
Médio completo	71,6	71,2	70,2	71,5
Superior incompleto	71,3	73,1	71,7	75,7
Superior completo	78,1	80,5	76,3	79,6
Total	56,0	56,6	54,3	56,3

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do IBGE.

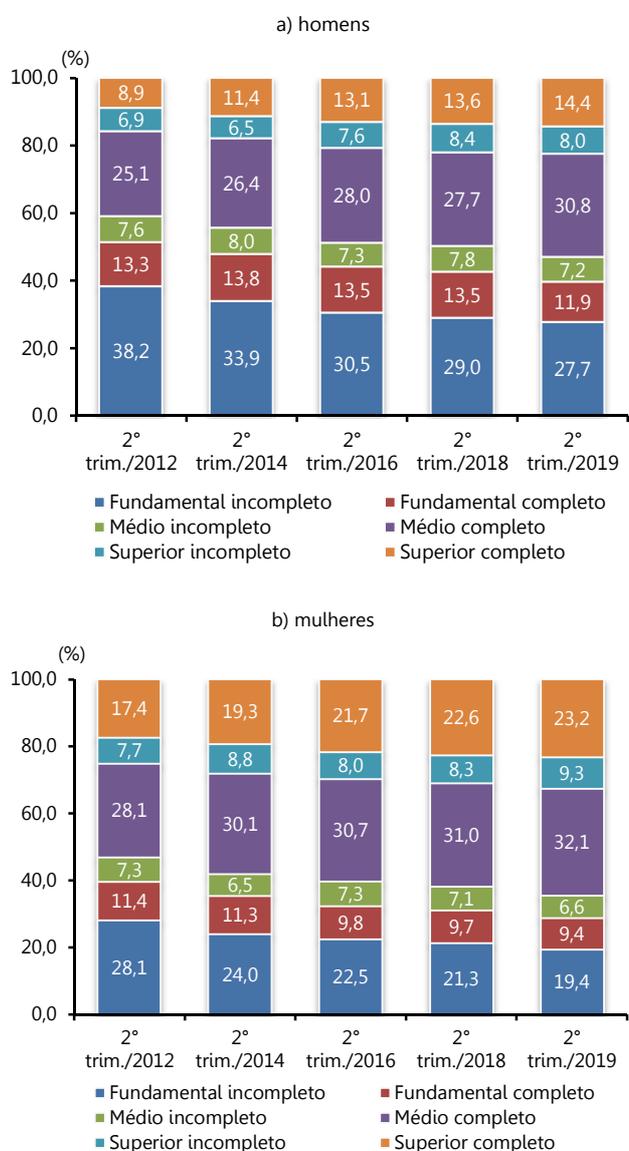
Nota: 1. Elaboração própria com os microdados da Pesquisa.

2. Total inclui indivíduos sem instrução e com menos de um ano de estudo.

A composição da força de trabalho por níveis de instrução no RS teve mudanças no sentido do aumento do peso relativo dos segmentos mais escolarizados para ambos os sexos (**Gráfico 2**). Entre as mulheres, o subgrupo com ensino superior completo avançou a sua parcela relativa na FT feminina de 17,4% no 2.º trim./2012 para 23,2% no 2.º trim./2019, e, entre os homens, de 8,9% para 14,4%. Ao final do período de cobertura deste estudo, o segmento que havia se tornado o de maior tamanho na FT de am-

bos os sexos era o com ensino médio completo (30,8% entre os homens e 32,1% entre as mulheres). Essa posição de destaque, no início do período, era ocupada pelo segmento com ensino fundamental incompleto, cujo peso relativo na estrutura da FT passou por intenso processo de retração. Pode-se também constatar, por meio do **Gráfico 2**, que a população feminina no RS tem uma FT que é claramente mais escolarizada do que a masculina, pois os segmentos que nela possuíam ensino médio completo ou mais evidenciam maior peso relativo.

Gráfico 2 - Distribuição da força de trabalho, por sexo e níveis de instrução, no Rio Grande do Sul — 2.º trim./2012-2.º trim./2019



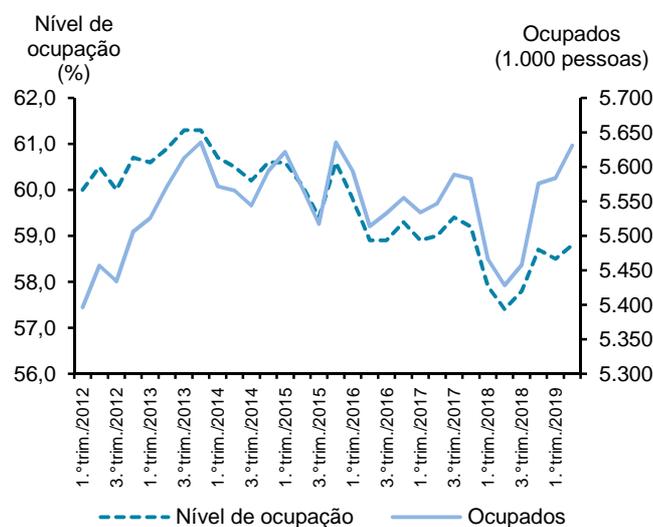
Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do IBGE.

Nota: Elaboração própria com os microdados da Pesquisa.

1.2 OCUPAÇÃO

Quanto ao nível de ocupação (NO)³ no RS, esse indicador atingiu o seu maior patamar no 3.º trim./2013 (61,3%), com um acréscimo de 1,3 ponto percentual em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (**Gráfico 3**). Chama atenção que o piso do NO tenha ocorrido em um ambiente de recuperação econômica, no 2.º trim./2018 (57,4%). Ao final do período, o NO ainda se encontrava em patamar inferior ao do início, uma vez que se verifica uma retração de 1,7 ponto percentual na comparação do 2.º trim./2019 com o 2.º trim./2012. O contingente de ocupados situou-se em seus pontos máximos no 4.º trim./2013 e no 4.º trim./2015 (5.636 mil pessoas), sugerindo claramente uma reação defasada deste à recessão econômica (**Gráfico 3**). Após oscilações, o estoque de ocupados atingiu um patamar próximo ao seu piso no 2.º trim./2018. Nos trimestres seguintes, recuperando-se, o contingente de ocupados no RS no 2.º trim./2019 situava-se próximo ao nível máximo de toda a sua série temporal (5.631 mil pessoas).

Gráfico 3 - Nível de ocupação e contingente de ocupados no Rio Grande do Sul — 1.º trim./2012-2.º trim./2019



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do IBGE.

A observação do patamar do NO por faixas de escolaridade no RS indica a predominância de queda para ambos os sexos na comparação do início com o final do período (**Tabela 2**).

³ O nível de ocupação é obtido pela divisão do contingente de ocupados pela população em idade de trabalhar, sendo expresso em termos percentuais.

Tabela 2 - Nível de ocupação, por sexo e níveis de instrução, no Rio Grande do Sul — 2.º trim./2012-2.º trim./2019

a) homens

NÍVEIS DE INSTRUÇÃO	2º			
	TRIM/2012	TRIM/2013	TRIM/2014	TRIM/2015
Fundamental incompleto	63,3	63,5	61,7	59,3
Fundamental completo ...	70,0	70,1	71,4	71,2
Médio incompleto	66,2	70,1	66,4	65,0
Médio completo	82,2	83,6	81,2	81,3
Superior incompleto	79,4	80,7	80,1	79,0
Superior completo	82,6	84,6	83,7	84,3
Total	70,3	71,2	70,0	69,4

NÍVEIS DE INSTRUÇÃO	2º			
	TRIM/2016	TRIM/2017	TRIM/2018	TRIM/2019
Fundamental incompleto	57,5	55,8	52,6	54,2
Fundamental completo ...	70,3	70,0	70,3	66,8
Médio incompleto	64,3	63,4	64,1	63,3
Médio completo	80,6	81,6	80,4	81,4
Superior incompleto	75,0	76,0	77,9	76,3
Superior completo	85,6	83,6	83,0	82,5
Total	68,5	67,9	66,8	67,9

b) mulheres

NÍVEIS DE INSTRUÇÃO	2º			
	TRIM/2012	TRIM/2013	TRIM/2014	TRIM/2015
Fundamental incompleto	37,9	35,8	35,4	34,8
Fundamental completo ...	51,2	48,8	50,3	49,7
Médio incompleto	47,7	46,4	44,2	48,8
Médio completo	66,0	66,5	65,8	64,5
Superior incompleto	66,8	67,6	68,0	67,2
Superior completo	76,0	77,1	76,0	76,1
Total	51,5	51,7	51,8	51,6

NÍVEIS DE INSTRUÇÃO	2º			
	TRIM/2016	TRIM/2017	TRIM/2018	TRIM/2019
Fundamental incompleto	33,5	32,3	30,2	30,6
Fundamental completo ...	46,4	45,7	44,0	43,3
Médio incompleto	42,6	47,6	43,8	41,0
Médio completo	62,8	64,4	62,5	63,9
Superior incompleto	65,0	66,3	65,5	68,3
Superior completo	74,0	76,7	73,5	76,7
Total	50,1	51,0	48,9	50,7

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do IBGE.

Nota: 1. Elaboração própria com os microdados da Pesquisa.

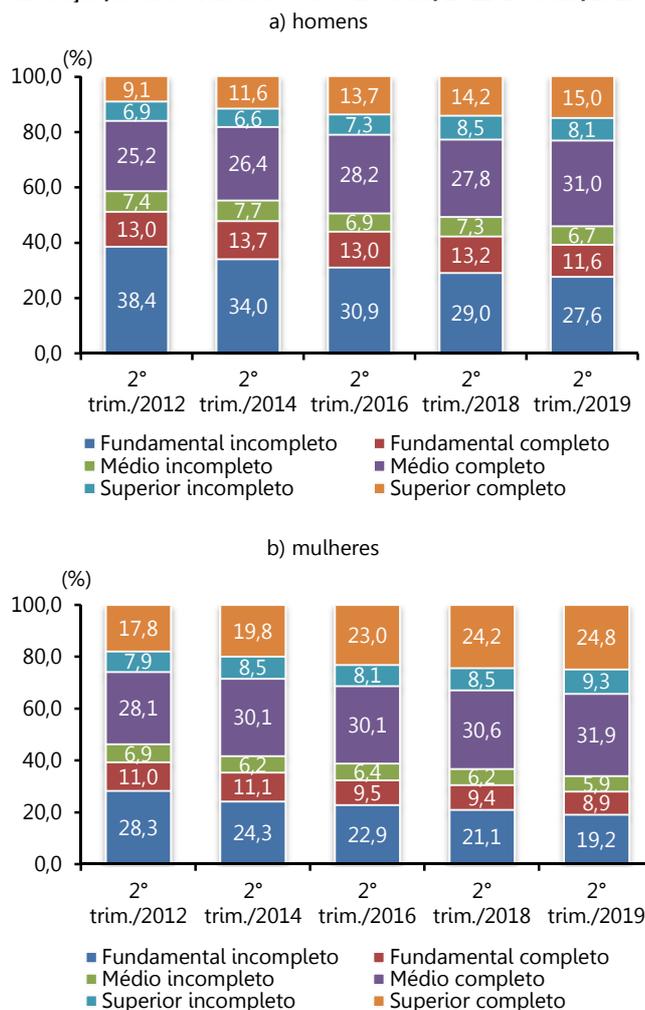
2. Total inclui indivíduos sem instrução e com menos de um ano de estudo.

No segmento com ensino fundamental incompleto, entre os homens, ao se cotejar o 2.º trim./2012 com o 2.º trim./2019, a queda do NO foi de 9,1 pontos percentuais, e entre as mulheres, de 7,3 pontos percentuais. Já no subgrupo com ensino fundamental completo, a retração do NO, na mesma referência comparativa, foi mais intensa entre as mulheres (7,9 pontos percentuais) do que entre os homens (3,2 pontos percentuais). Em um único segmento, há indícios claros de maior NO ao final do período: o de mulheres com ensino superior incompleto (diferença positiva de 1,5 ponto percentual, ao se comparar o 2.º trim./2012 com o 2.º trim./2019). Dado que, nessa mesma base comparativa, ocorreu queda do NO dos homens com ensino superior incompleto, o *gap* des-

favorável às mulheres teve um declínio de 12,6 para 8,0 pontos percentuais.

A distribuição dos ocupados por sexo e níveis de instrução no RS denota, de 2012 a 2019, um processo de aumento dos segmentos mais escolarizados na sua estrutura (**Gráfico 4**). Entre as mulheres, o peso relativo na ocupação do subgrupo com ensino superior completo avançou de 17,8% no 2.º trim./2012 para 24,8% no 2.º trim./2019, e entre os homens, de 9,1% para 15,0%. O subgrupo de ocupados com ensino médio completo também ampliou sua parcela relativa, tornando-se, em 2019, o de maior tamanho na estrutura da ocupação, cerca de um terço para ambos os sexos. À semelhança do que havia se identificado para a FT, a composição da ocupação por níveis de instrução no RS é favorável às mulheres, no sentido de que entre elas é maior o peso relativo dos segmentos mais escolarizados, aqueles com ensino médio completo ou mais.

Gráfico 4 - Distribuição dos ocupados, por sexo e níveis de instrução, no Rio Grande do Sul — 2.º trim./2012-2.º trim./2019



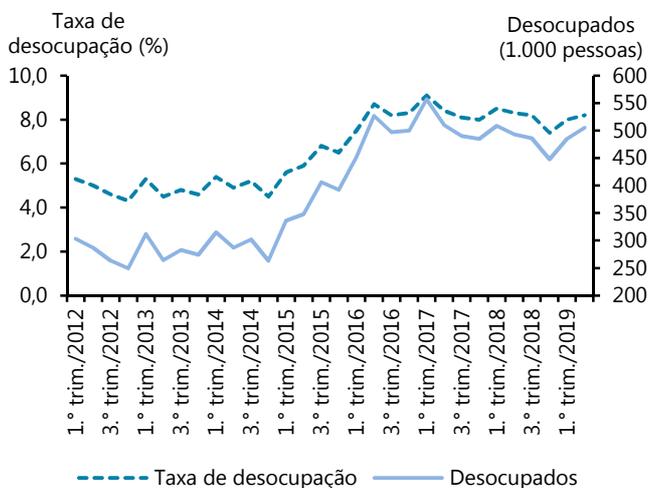
Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do IBGE.

Nota: Elaboração própria com os microdados da Pesquisa.

1.3 DESOCUPAÇÃO

A taxa de desocupação (TD) no RS manteve-se em um nível relativamente baixo no período 2012-14 (**Gráfico 5**). O piso desse indicador ocorreu no 4.º trim./2012, quando registrou 4,3%. A partir de 2015, com o agravamento da recessão econômica, a TD ingressou em uma clara trajetória de ascensão, que teve continuidade até 2017. O nível máximo desse indicador ocorreu no 1.º trim./2017, ao atingir 9,1%. No final do período, embora se estivesse em um contexto de recuperação econômica, a TD manteve-se em patamar mais elevado em comparação ao de 2012. No que diz respeito ao contingente de desocupados no Estado, os pontos mínimo e máximo da série temporal coincidiram com os da TD (**Gráfico 5**). Assim, o piso dessa série temporal foi verificado no 4.º trim./2012: 249 mil desocupados; e o pico, no 1.º trim./2017: 557 mil desocupados. No 2.º trim./2019, havia 505 mil desocupados no RS; em comparação ao 2.º trim./2012, o acréscimo era de 218 mil pessoas no contingente daqueles que exerciam procura por trabalho.

Gráfico 5 - Taxa de desocupação e contingente de desocupados no Rio Grande do Sul — 1.º trim./2012-2.º trim./2019



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do IBGE.

Devido à recessão econômica, as taxas de desocupação no RS, para a maior parte dos segmentos sociodemográficos, evidenciam um processo de elevação a partir de 2015 (**Tabela 3**). Nesse sentido, os subgrupos que mais se destacam são aqueles com ensino médio incompleto, cujos níveis de desocupação se tornaram extremamente elevados: entre as mulheres, a TD atingiu 22,5% no 2.º trim./2016, e entre os homens, 14,1% no 2.º trim./2019. Uma vez mais, é interessante chamar atenção para o fato de que a TD por níveis de instrução, para ambos os se-

xos, tem o formato de U invertido, o que indica que não há no RS propriamente uma relação inversa entre educação formal e desocupação. Ao final do período de cobertura deste trabalho, não obstante o ambiente de recuperação da atividade econômica, todos os segmentos mantinham a TD em patamar superior ao do período 2012-14.

Tabela 3 - Taxa de desocupação, por sexo e níveis de instrução, no Rio Grande do Sul — 2.º trim./2012-2.º trim./2019

a) homens (%)				
NÍVEIS DE INSTRUÇÃO	2º TRIM/2012	2º TRIM/2013	2º TRIM/2014	2º TRIM/2015
Fundamental incompleto	3,5	3,4	3,7	4,4
Fundamental completo ...	6,2	4,1	4,6	5,5
Médio incompleto	7,4	5,0	8,7	9,2
Médio completo	3,8	3,5	4,1	5,4
Superior incompleto	3,3	3,9	3,3	4,4
Superior completo	2,4	1,2	2,0	1,3
Total	4,2	3,4	4,1	4,8

b) mulheres (%)				
NÍVEIS DE INSTRUÇÃO	2º TRIM/2016	2º TRIM/2017	2º TRIM/2018	2º TRIM/2019
Fundamental incompleto	6,2	8,1	7,1	6,9
Fundamental completo ...	10,4	8,8	9,1	9,4
Médio incompleto	11,5	12,3	13,2	14,1
Médio completo	6,6	6,0	6,5	6,0
Superior incompleto	11,0	7,0	5,4	5,5
Superior completo	2,8	3,1	2,9	3,0
Total	7,2	7,2	7,0	6,7

a) homens (%)				
NÍVEIS DE INSTRUÇÃO	2º TRIM/2012	2º TRIM/2013	2º TRIM/2014	2º TRIM/2015
Fundamental incompleto	5,3	4,8	4,7	5,3
Fundamental completo ...	9,2	7,7	7,5	9,6
Médio incompleto	12,1	10,5	10,3	13,7
Médio completo	5,9	7,1	6,3	8,6
Superior incompleto	4,2	5,7	8,2	7,0
Superior completo	3,4	2,8	3,3	3,3
Total	6,0	5,8	5,9	7,1

b) mulheres (%)				
NÍVEIS DE INSTRUÇÃO	2º TRIM/2016	2º TRIM/2017	2º TRIM/2018	2º TRIM/2019
Fundamental incompleto	8,8	10,3	10,5	10,7
Fundamental completo ...	13,7	15,3	13,4	15,0
Médio incompleto	22,5	19,4	21,2	19,9
Médio completo	12,8	9,6	11,0	10,6
Superior incompleto	8,9	9,4	8,5	9,7
Superior completo	5,3	4,7	3,6	3,6
Total	10,6	9,9	10,0	10,0

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do IBGE.

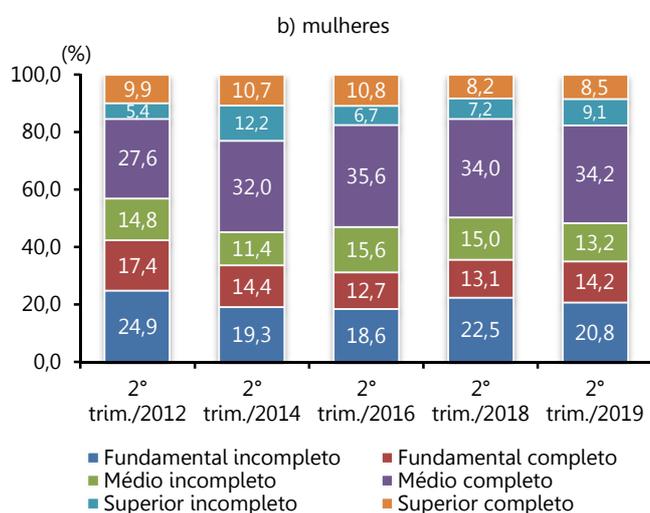
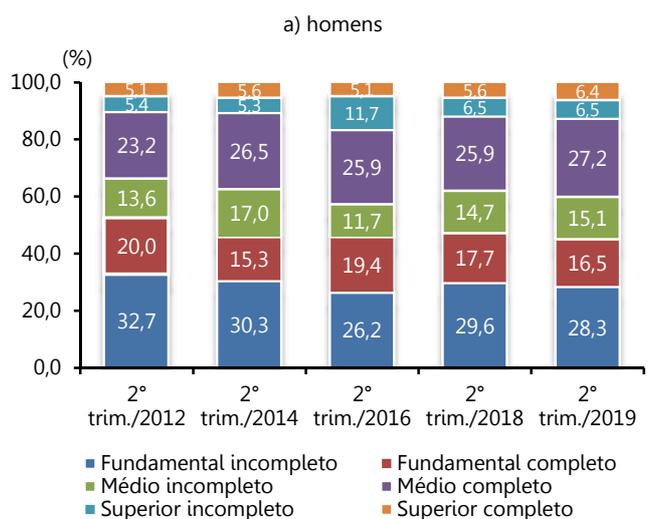
Nota: 1. Elaboração própria com os microdados da Pesquisa.

2. Total inclui indivíduos sem instrução e com menos de um ano de estudo.

A despeito de oscilações, a composição da desocupação por níveis de instrução no RS mostra uma perda de peso relativo dos menos escolarizados: entre as mulheres, o segmento com ensino fundamental incompleto diminuiu de 24,9% no 2.º trim./2012 para 20,8% no 2.º trim./2019 e, entre os homens, de 32,7% para 28,3% (**Gráfico 6**). Nessa mesma referência comparativa, o subgrupo que mais se ampliou na

estrutura da desocupação foi o com ensino médio completo: 6,6 pontos percentuais entre as mulheres e 4,0 pontos percentuais entre os homens. No caso das mulheres, o peso relativo na desocupação desse segmento ao final do período passou a ser, inclusive, superior ao peso relativo na FT (34,2% e 32,1% respectivamente).

Gráfico 6 - Distribuição dos desocupados, por sexo e níveis de instrução, no Rio Grande do Sul — 2.º trim./2012-2.º trim./2019



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do IBGE.

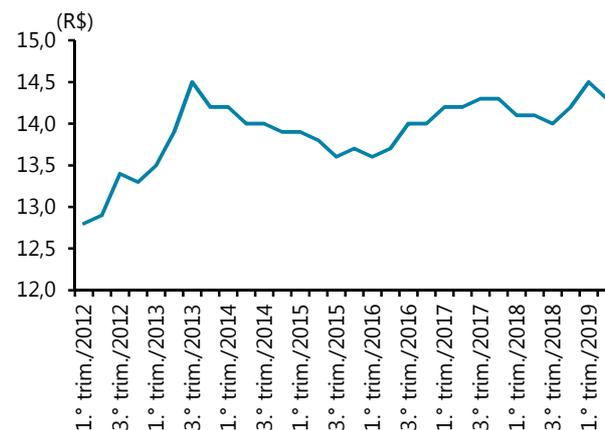
Nota: Elaboração própria com os microdados da Pesquisa.

1.4 RENDIMENTOS DOS OCUPADOS

Quanto aos rendimentos do trabalho no RS, o rendimento-hora médio real dos ocupados teve um processo de melhora até o 3.º trim./2013, quando atingiu o seu ponto máximo (**Gráfico 5**). Após, houve

uma redução do rendimento-hora médio real, que se estendeu até meados de 2015. Nos períodos subsequentes, alternaram-se movimentos positivos e negativos dos rendimentos, mas com tendência de elevação. Ao final do período, o rendimento-hora médio real estava em um nível superior ao do início: comparando-se o 2.º trim./2019 com o 2.º trim./2012, esse indicador havia tido um acréscimo de 10,9%.

Gráfico 7 - Rendimento-hora médio real dos ocupados no Rio Grande do Sul — 1.º trim./2012-2.º trim./2019



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do IBGE.

Nota: 1. Rendimento-hora médio real habitual do trabalho principal. 2. O rendimento está deflacionado para o mês de maio de 2019.

O rendimento-hora médio real teve um desempenho predominantemente positivo para ambos os sexos e diferentes níveis de instrução na comparação do 2.º trim./2012 com o 2.º trim./2013 (**Tabela 4**). A situação dos rendimentos começou a mostrar sinais de deterioração em 2014, uma vez que diversos subgrupos evidenciaram taxas de variação negativas do rendimento-hora médio real. Durante a crise econômica, em 2015 e 2016, as perdas dos rendimentos foram generalizadas entre os subgrupos. Em 2017, ocorreu recuperação dos rendimentos, e, em 2018 e 2019, alternaram-se movimentos positivos e negativos do rendimento-hora médio real nos segmentos sociodemográficos. Tomando-se o período como um todo, ao se cotejar o 2.º trim./2019 com o 2.º trim./2012, entre as mulheres, quatro subgrupos haviam registrado acréscimos nos rendimentos, e, entre os homens, somente dois. Para ambos os sexos, o segmento de melhor desempenho foi o com ensino fundamental completo: incremento de 12,5% entre as mulheres e de 5,0% entre os homens; e o de pior desempenho, o com ensino superior incompleto: redução de 14,1% entre os homens e de 8,5% entre as mulheres.

Tabela 4 - Taxa de variação do rendimento-hora médio real, por sexo e níveis de instrução, no Rio Grande do Sul — 2.º trim./2012-2.º trim./2019

a) homens (%)				
NÍVEIS DE INSTRUÇÃO	2012-13	2013-14	2014-15	2015-16
Fundamental incompleto	6,6	6,2	-1,0	-4,9
Fundamental completo ...	5,9	3,7	-2,7	-3,7
Médio incompleto	2,9	2,8	-1,8	-8,3
Médio completo	3,6	-3,5	-2,2	-5,2
Superior incompleto	0,0	0,0	-3,1	-7,6
Superior completo	2,0	-2,4	-9,8	0,5
Total	8,7	1,3	-1,3	-1,3
NÍVEIS DE INSTRUÇÃO	2016-17	2017-18	2018-19	2012-19
Fundamental incompleto	9,3	-5,7	-5,0	4,4
Fundamental completo ...	2,9	0,9	-1,9	5,0
Médio incompleto	-2,0	3,1	-6,0	-9,6
Médio completo	0,8	-2,3	4,8	-4,4
Superior incompleto	2,3	-2,3	-4,1	-14,1
Superior completo	1,6	-2,4	1,9	-8,8
Total	2,7	-1,3	2,0	10,9

b) mulheres (%)				
NÍVEIS DE INSTRUÇÃO	2012-13	2013-14	2014-15	2015-16
Fundamental incompleto	1,5	4,4	-1,4	0,0
Fundamental completo ...	4,2	0,0	0,0	-5,3
Médio incompleto	1,4	2,7	-3,9	2,7
Médio completo	3,3	-1,1	2,2	-4,2
Superior incompleto	-0,8	-5,4	-1,6	-11,7
Superior completo	3,5	-1,9	-2,3	-3,9
Total	5,2	0,8	0,0	-0,8
NÍVEIS DE INSTRUÇÃO	2016-17	2017-18	2018-19	2012-19
Fundamental incompleto	4,3	2,7	-6,7	4,5
Fundamental completo ...	14,1	0,0	0,0	12,5
Médio incompleto	9,3	-4,9	0,0	6,8
Médio completo	4,4	1,1	2,1	7,7
Superior incompleto	17,9	-4,8	0,0	-8,5
Superior completo	-0,4	-1,6	1,7	-5,1
Total	5,0	0,8	1,6	13,0

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do IBGE.

Nota: 1. Elaboração própria com os microdados da Pesquisa.

2. Rendimento-hora médio real habitual do trabalho principal.

3. Taxa de variação do 2º trimestre do ano em relação ao 2º trimestre do ano imediatamente anterior, à exceção do última coluna à direita.

4. Total inclui indivíduos sem instrução e com menos de um ano de estudo.

O hiato de rendimento de gênero (HRG) no RS mostra-se de maior magnitude no segmento com ensino superior completo (**Tabela 5**). Nesse segmento, o HRG era 37,2% no 2.º trim./2012, atingiu o seu piso no 2.º trim./2015 (30,5%) e, no 2.º trim./2019, situava-se em 34,6% — portanto, inferior ao do 2.º trim./2012, indicando uma leve redução da desigualdade entre os sexos. À exceção do segmento com ensino fundamental incompleto, cujo HRG no 2.º trim./2019 estava em igual nível ao do 2.º trim./2012, em todos os demais subgrupos constata-se redução deste indicador.

Tabela 5 - Hiato de rendimento de gênero, por níveis de instrução, no Rio Grande do Sul — 2.º trim./2012-2.º trim./2019

a) homens (%)				
NÍVEIS DE INSTRUÇÃO	2º TRIM/2012	2º TRIM/2013	2º TRIM/2014	2º TRIM/2015
Fundamental incompleto	26,4	29,9	31,1	31,4
Fundamental completo ...	28,7	29,9	32,4	30,6
Médio incompleto	29,8	30,8	30,9	32,4
Médio completo	33,6	33,8	32,1	29,1
Superior incompleto	31,9	32,5	36,1	35,1
Superior completo	37,2	36,2	35,9	30,5
Total	16,7	19,3	19,7	18,7
NÍVEIS DE INSTRUÇÃO	2º TRIM/2016	2º TRIM/2017	2º TRIM/2018	2º TRIM/2019
Fundamental incompleto	27,8	31,1	25,0	26,3
Fundamental completo ...	31,7	24,3	25,0	23,6
Médio incompleto	24,2	15,5	22,0	17,0
Médio completo	28,3	25,8	23,2	25,2
Superior incompleto	38,0	28,6	30,4	27,4
Superior completo	33,6	34,9	34,4	34,6
Total	18,2	16,4	14,7	15,0

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do IBGE.

Nota: 1. Elaboração própria com os microdados da Pesquisa.

2. Rendimento-hora médio real habitual do trabalho principal.

3. Total inclui indivíduos sem instrução e com menos de um ano de estudo.

A esse respeito, considera-se a situação mais interessante a do segmento com ensino fundamental completo: o HRG reduziu-se de 28,7% no 2.º trim./2012 para 23,6% no 2.º trim./2019; nessa referência comparativa, o rendimento-hora médio real teve incrementos para ambos os sexos, mas de maior magnitude entre as mulheres, o que provocou a queda na desigualdade de rendimentos.

2 A ESCOLARIDADE DOS EMPREGADOS FORMAIS DO RS

Nesta seção, a análise concentra-se no segmento formalizado do mercado de trabalho, tendo como fontes as duas bases estatísticas produzidas, historicamente, pelo Ministério do Trabalho — hoje, Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia —, com base em registros administrativos repassados, por força de legislação, pelos estabelecimentos empregadores. Aborda-se a evolução do volume de postos de trabalho no Rio Grande do Sul e, acessoriamente, no agregado do Brasil, enfatizando-se a temática da escolaridade dos trabalhadores.

A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) — a primeira das duas fontes aqui utilizadas, que tem periodicidade anual e cobertura próxima à de um censo do universo de estabelecimentos empregadores — replica a tendência, detectada na seção anterior para o conjunto da população economicamente ativa, de elevação constante dos patamares de escolaridade.

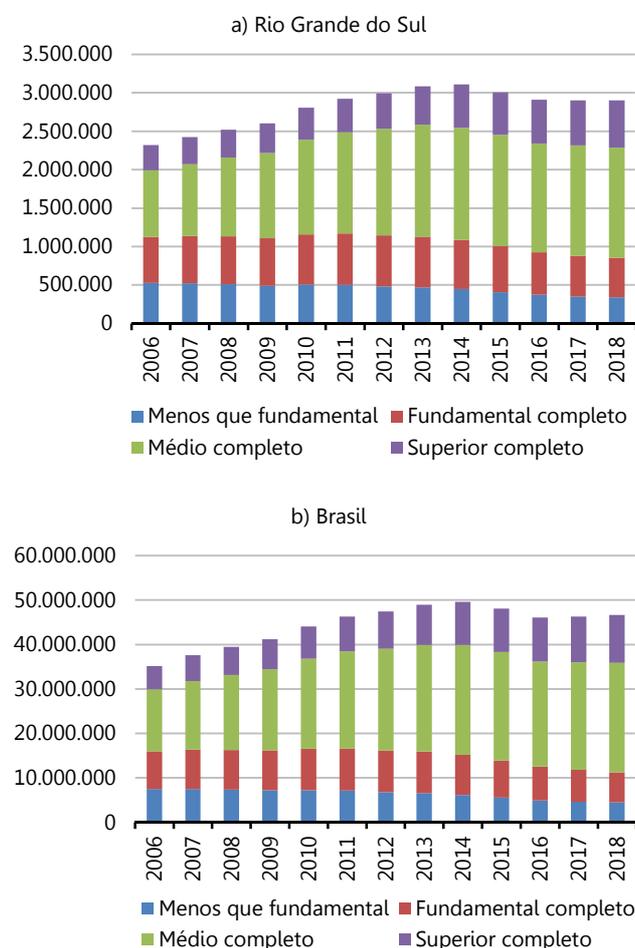
2.1 OS NÍVEIS DE ENSINO E SUA EVOLUÇÃO NA SÉRIE DA RAIS — 2006 A 2018

No Rio Grande do Sul, o percentual de empregados formais que não haviam completado sequer o ensino fundamental era de 22,7% em 2006⁴. A cada ano, sem exceção, essa participação reduziu-se, até chegar a 2018 em cerca da metade: 11,7%. No extremo oposto dessa distribuição, os indivíduos com ensino superior completo avançaram de 14,1% para 21,1% no mesmo período — nesse caso com pequenas oscilações na tendência, que adquire mais impulso a partir de 2012. O ano de 2013 é o ponto da série em que o contingente com diploma superior se tornou mais representativo do que a parcela sem sequer o ensino fundamental completo. Ao longo da série, de qualquer modo, a parcela mais numerosa é a dos empregados formais com ensino médio completo (incluídos os que haviam iniciado, mas não concluído, cursos superiores). Em 2006, eles respondiam por 37,3% desse universo; sua participação cresceu em todos os anos até 2013. Desde então, houve pequenos recuos em dois dos anos observados, 2014 e no ano passado, quando atingiu 49,3%.

Os dados do agregado do Brasil mostram que esses processos aqui apontados se verificam na esca-

la nacional, com grande similaridade (**Gráfico 8**). Cumpre destacar que, em toda a série, o padrão de escolaridade dos trabalhadores formais do País, em seu conjunto, ostenta uma pequena vantagem em relação ao do Estado. Primeiramente, a participação de empregados sem sequer ensino fundamental completo é mais elevada no Rio Grande do Sul, nos 13 anos analisados, e essa diferença, embora pouco expressiva em pontos percentuais, amplia-se, relativamente, de modo contínuo. Já o percentual de trabalhadores com ensino superior completo é sistematicamente superior (mesmo que com diferenças suas) no total do Brasil, o mesmo se verificando para o ensino médio completo.

Gráfico 8 - Trabalhadores formais, por níveis de instrução, no Rio Grande do Sul e no Brasil — 2006-18



Colocando-se a ênfase no Rio Grande do Sul, constata-se que a queda da participação do segmento menos escolarizado no mercado formal de trabalho expressa uma retração absoluta desses contingentes, que atravessa a série analisada, seja nos anos de crescimento do emprego total (até 2014) — com a única exceção de 2010 —, seja no ciclo de recessão

⁴ Todos os indicadores da RAIS aqui apresentados referem-se aos trabalhadores empregados em 31 de dezembro de cada ano.

ou estagnação (2015 em diante). Entre 2006 e 2018, o total de postos de trabalho no mercado gaúcho aumentou 25,0% (um acréscimo de quase 580 mil empregos), mas o de empregados sem fundamental completo recuou 35,7% (-188 mil). Também encolheu, no período, o segmento que obteve a certificação fundamental, mas não concluiu o ensino médio: uma retração de 81,6 mil empregos (-13,6%). Por outro lado, o contingente de empregados que detinham a certificação “secundária” expandiu-se 65,3% (565 mil integrantes a mais), enquanto o de diplomados em nível superior não ficou longe de duplicar seu tamanho, com 86,6% de crescimento (284 mil empregos adicionais).

2.1.1. SETORES DE ATIVIDADE

O perfil da força de trabalho formalmente empregada diferencia-se intensamente, no quesito da escolaridade, conforme o setor de atividade econômica. Na **Tabela 6**, observa-se, primeiramente, esse forte contraste da distribuição dos trabalhadores de setores selecionados⁵ em quatro grandes agregações, conforme o número de anos de estudo concluídos.

No ano de 2018, a participação dos empregados formais que sequer haviam concluído o fundamental tinha na agropecuária sua dimensão máxima, em que atingia 41,2%. O setor com o segundo percentual mais elevado guardava considerável distância: na construção civil, ele ficava em 23,0%. Na indústria de transformação, esse segmento da força de trabalho representava 18,5%, ainda bem superior ao resultado do conjunto dos setores (11,7%). No extremo oposto, a administração pública tinha apenas 5,5% de seus trabalhadores nesse intervalo mais reduzido de educação formal, observando-se que comércio (8,2%) e serviços (8,5%) não se afastavam muito desse padrão.

Na comparação entre 2006 e 2018, em todos os setores, em que pese à heterogeneidade, processam-se retrações, relativas e também absolutas, do contingente menos escolarizado (menos do que fundamental completo). A mais intensa, proporcionalmente, deu-se justamente no setor com mais elevada escolaridade, a administração pública, em que a participação desse segmento caiu a um terço do que era (de 15,8% em 2006 para 5,5% em 2018). Inversamente, o setor de atividade com maior peso dos menos escolarizados, a agropecuária, foi aquele em que a redução da participação desses ocorreu de forma menos intensa relativamente. Nesse setor, por outro lado, chama a atenção a evolução da parcela de trabalhadores formais com ensino médio completo, que quase triplicou (passando de 10,8% em 2006 para

30,9% em 2018) — a maior variação relativa da participação desse estrato de escolaridade.

Tabela 6 - Distribuição dos trabalhadores formais, conforme o mais elevado grau de instrução concluído, em setores selecionados e no total do Rio Grande do Sul — 2006 e 2018

SETORES	(%)			
	MENOS QUE FUNDAMENTAL		FUNDAMENTAL COMPLETO	
	2006	2018	2006	2018
Indústria de transformaçã	33,1	18,5	31,6	24,8
Construção civil	46,8	23,0	30,8	26,0
Comércio	15,1	8,2	32,0	19,9
Serviços	15,0	8,5	21,8	15,5
Administração pública	15,8	5,5	16,3	7,0
Agropecuária	66,1	41,2	21,2	24,0
Total do RS	22,7	11,7	25,8	17,8

SETORES	MÉDIO SUPERIOR			
	COMPLETO		COMPLETO	
	2006	2018	2006	2018
Indústria de transformaçã	31,3	48,0	4,0	8,6
Construção civil	20,0	46,8	2,4	4,2
Comércio	48,9	64,4	4,0	7,5
Serviços	40,0	52,1	23,3	23,9
Administração pública	36,8	29,3	31,1	58,2
Agropecuária	10,8	30,9	1,9	3,9
Total do RS	37,3	49,3	14,1	21,1

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais.

A segunda variação mais intensa da parcela com ensino médio verificou-se em outro setor no qual a mão de obra costuma ter menos anos de estudo, a construção civil. Aqui, o segmento com certificação “secundária” passou de 20,0% do total empregado em 2006 para 46,8% em 2018. O único setor em que a participação dos trabalhadores com ensino médio completo se reduziu foi a administração pública, em que somente os empregados com ensino superior completo tiveram sua participação expandida, a tal ponto que, ao final de 2018, representavam nada menos de 58,2% do total empregado.

A dispersão das participações do segmento com ensino superior na distribuição da força de trabalho dos setores é muito elevada. Em 2018, no agregado do mercado formal gaúcho, os trabalhadores com essa certificação representavam 21,1% do total, mas sua parcela no emprego variava de 3,9%, na agricultura (não distantes dos 4,2% da construção civil), aos 58,2%, acima referidos, na administração pública. Os serviços detinham o segundo mais alto percentual de diplomados em nível superior (23,9%), por abarcarem atividades que requerem especializações universitárias. Em termos relativos, tomando-se o total do emprego dos diferentes setores, foi o segmento com ensino superior o que mais expandiu sua participação no universo dos trabalhadores formais gaúchos, no período analisado.

Quanto às variações absolutas, é preciso assinalar que a redução de postos de trabalho ocupados

⁵ Desconsideraram-se, apenas, os setores com menores contingentes: extrativa mineral e serviços industriais de utilidade pública.

por indivíduos com escolaridade inferior ao fundamental completo foi generalizada entre os setores de atividade. Destaca-se a indústria de transformação, que, entre 2006 e 2018, teve retração de 88,5 mil empregados nessa condição (47,0% dos 188,3 mil eliminados pelo mercado formal em seu conjunto). Quando se toma o grupo com ensino fundamental completo, embora o movimento geral tenha sido de retração absoluta (-81,7 mil), constata-se que houve pequenos acréscimos de contingente em setores cuja força de trabalho, historicamente, possui menos anos de estudo completos, notadamente a construção civil e a agropecuária — lembrando que essas variações positivas no número absoluto não impediram a queda de participação relativa desse segmento com educação fundamental. Quanto aos setores em que ele teve encolhimento de contingente — o maior número de setores, e os com forças de trabalho mais numerosas —, destaca-se, novamente, a indústria de transformação, responsável por 39,4 mil (48,3%) dos vínculos eliminados nesse estrato, durante o período. Os trabalhadores cuja certificação mais alta é o ensino médio, que atingem virtualmente metade do total empregado no Estado, em 2018, viram seu contingente aumentar em 565,3 mil indivíduos desde 2006 (praticamente a mesma magnitude do saldo líquido gerado em todos os recortes de escolaridade, que foi de 580 mil no período). Os setores que mais se destacaram na expansão do emprego de ensino médio foram os serviços (206,3 mil) e o comércio (181,5 mil), lembrando-se que, dada a magnitude do emprego total em cada um desses setores, a expansão relativa foi bem maior no comércio. O ensino superior também passou por uma elevação absoluta em todos os setores de atividade. A administração pública, nesse aspecto, pontificou, tendo ampliado em 161,4 mil o número de vínculos com esse patamar de educação formal (o que corresponde a 56,7% dos 284,4 mil postos adicionais ocupados por trabalhadores com ensino superior entre 2006 e 2018).

2.1.2. IDADE E SEXO DOS TRABALHADORES

Por certo, as diferenças sociodemográficas existentes entre os indivíduos condicionam seus diferentes percursos escolares, que, por sua vez, se refletem nas suas inserções e trajetórias no mercado de trabalho. Apontam-se, aqui, algumas evidências relativas às médias de idade e ao sexo dos empregados formais do Estado, associando-as à sua escolaridade.

Quanto à dimensão etária, observa-se, na **Tabela 7**, um padrão interessante, em que — tomando-se uma distribuição menos agregada do nível de educação formal — a idade média dos empregados é tão mais alta quanto menos eles estudaram, quando se considera a “base” (até fundamental completo). Os

analfabetos têm em média 10 anos mais do que o total de trabalhadores, e essa diferença vai diminuindo conforme acumulam-se anos de estudo, até se chegar ao ensino médio, em que os empregados são mais jovens do que a média geral. Aqui cabe observar que a tendência decrescente se interromperia no ensino médio incompleto, que tem uma força de trabalho mais jovem do que a do ensino médio completo. Parece lógico supor que menos indivíduos estão interrompendo os estudos nesse estágio intermediário e que a permanência na categoria seja predominantemente rápida (comparada à aquisição da certificação como último grau de escolaridade obtido, por certo).

É curioso observar que, apenas na administração pública, a idade média dos empregados com ensino médio incompleto é superior à daqueles com essa credencial plena, o que pode expressar uma menor pressão por avançar na formação, para indivíduos que já ingressaram na carreira há mais tempo e dispõem de estabilidade. De qualquer modo, a idade média, após essa discrepância de tendência, volta a decrescer até o nível superior incompleto. Só nesse último segmento — “ponto de chegada”, nessa classificação, já que não se tabulam separadamente as formações de pós-graduação —, a idade média volta a superar a média geral, aproximando-se do patamar da categoria com fundamental completo.

Tabela 7 – Idade média (em anos) dos trabalhadores formais, por níveis de instrução e setores selecionados, no Rio Grande do Sul — 2018

ANOS DE ESTUDO	INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	CONSTRUÇÃO CIVIL	COMÉRCIO	SERVIÇOS	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	AGROPECUÁRIA	TOTAL
Analfabeto	43,5	48,8	45,6	48,7	55,4	51,1	47,7
Até 5.º incompleto	46,2	45,7	45,2	46,4	54,4	47,3	47,0
5.º completo fundamental	45,8	44,4	44,7	47,6	53,7	45,1	46,6
6.º a 9.º fundamental	40,7	41,1	37,8	43,7	52,5	40,9	41,8
Fundamental completo ..	38,8	39,4	38,0	42,7	46,4	39,0	40,6
Médio incompleto	29,8	34,1	28,8	34,4	45,7	33,4	31,6
Médio completo	34,8	36,2	33,3	36,9	42,9	36,9	36,0
Superior incompleto	31,4	32,3	30,8	31,7	40,1	32,0	32,5
Superior completo	37,3	38,3	36,0	39,1	43,3	38,3	40,5
Total	36,2	38,0	33,8	38,1	43,8	39,7	37,8

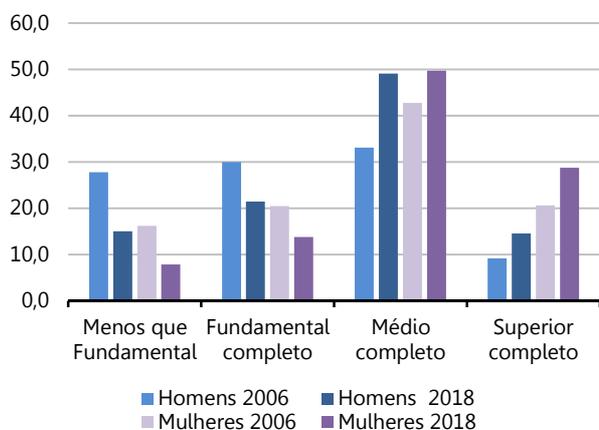
Fonte: Relação Anual de Informações Sociais.

Embora os resultados setoriais guardem consideráveis contrastes (heterogeneidade que se associa à já apontada anteriormente, relativa às proporções de cada estrato de escolaridade nos setores), é interessante observar que o desenho do que seria uma curva das médias etárias, em cada setor, é bastante assemelhado. Merecendo, evidentemente, estudos que aprofundem a questão, o quadro sugere fenômenos já conhecidos a partir de outros estudos: os

trabalhadores com mais idade têm probabilidade tão mais restrita de retorno aos bancos escolares quanto mais cedo tenham interrompido a sua formação; as oportunidades de acesso ao emprego (especialmente formal) fecharam-se progressivamente para os estratos com menos anos de estudo completo, de modo que quem se encontra neles é porque ingressou há mais tempo. A balizar essas tendências, deve-se considerar o transcurso da transição demográfica, que traz menor oferta de trabalho na base da pirâmide etária — o que, entretanto, não tem impedido que as taxas de desocupação dos jovens se mostrem muito mais elevadas do que as do conjunto da população economicamente ativa — e a expansão da cobertura da educação básica no País e no Estado.

Quando se comparam mulheres e homens, as distribuições dos empregados formais do Estado segundo níveis de escolaridade são bastante distintas. Tomando-se apenas dois pontos da série (**Gráfico 9**), observa-se que, para ambos os sexos, as tendências de elevação dos estratos com mais alto grau de educação formal, no período, são muito claras.

Gráfico 9 - Distribuição percentual dos empregados, por níveis de instrução e sexo, no Rio Grande do Sul — 2006 e 2018



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais.

Não menos evidente é a participação muito mais significativa dos dois segmentos com mais anos de estudo na distribuição das trabalhadoras segundo a escolaridade. O percentual de trabalhadores homens com ensino superior atingiu, no ano passado, 14,5% do total, tendo partido de 9,2% em 2006. Já naquele ano, 20,6% das mulheres empregadas formalmente tinham essa certificação, chegando em dezembro do ano passado a 28,7% (praticamente o dobro do percentual que os homens conquistaram). O contingente masculino concentrou seu avanço no estrato “anterior”: a elevação do percentual de trabalhadores homens com ensino médio completo, entre 2006 e 2018, é bem mais acentuada do que entre as mulhe-

res. A participação desse segmento na distribuição masculina elevou-se de 33,1% para 49,1% no período; no caso das mulheres, ela subiu de um nível bem mais alto em 2006 (42,8%) para um patamar próximo — e ligeiramente superior — ao ponto de chegada dos homens (49,7%).

Nos seis setores de atividade selecionados, a participação do segmento de nível superior é, na distribuição das mulheres, mais elevada que a verificada para os homens. Um caso extremo é o da construção civil, em que, em 2018, as mulheres representavam menos de 10% do total de empregados. Nesse caso, 17,0% das mulheres tinham nível superior, contra 2,9% dos trabalhadores homens. Mas no caso dos serviços, em que a mão de obra feminina era majoritária (52,2%, em 2018), 28,0% das mulheres empregadas tinham curso superior, parcela bem mais expressiva do que os 19,5% apurados entre os homens. Na administração pública, em que as mulheres chegavam a 64,4% do universo empregado, em 2018, 64,8% delas estavam nesse estrato mais elevado de escolaridade, percentual que supera em muito os 46,4% registrados entre os homens.

No extremo oposto, tanto em 2006 quanto em 2018, a faixa de educação formal inferior ao ensino fundamental abrigava um percentual menor das mulheres formalmente empregadas do que dos homens, em cinco dos seis setores de atividade selecionados, sendo a única exceção a indústria de transformação, em que a diferença se invertia, mas com pequena distância entre os sexos.

2.1.3. RENDIMENTOS

As desigualdades de remunerações do trabalho têm na escolaridade uma chave central historicamente. Ao final de 2018, tomando-se as médias dos rendimentos dos trabalhadores formais do Rio Grande do Sul segundo a instrução, a razão entre a base (analfabetos) e o topo (superior completo) era 4,3, com os primeiros auferindo cerca de R\$ 1,4 mil, e os últimos, aproximadamente, R\$ 6 mil.

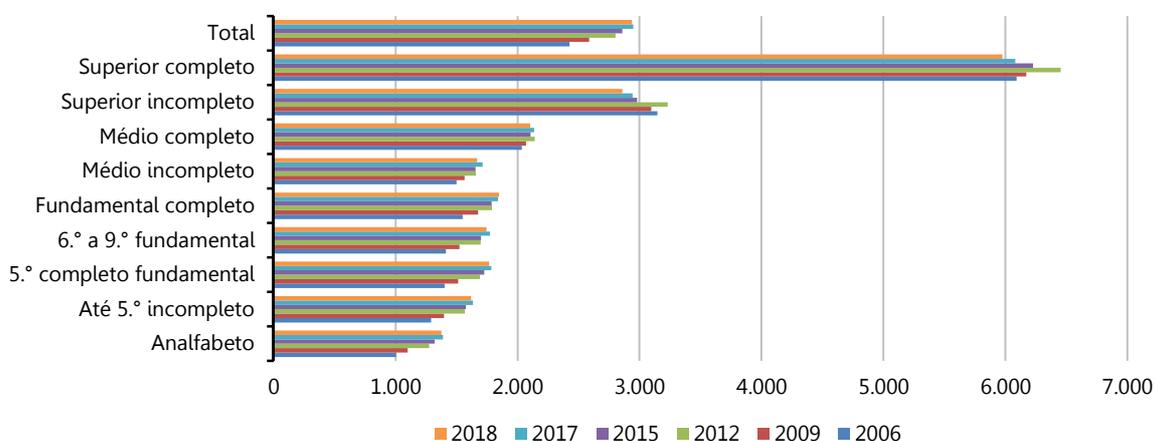
Quando se analisa a série da RAIS, por outro lado, constata-se uma tendência clara de redução dessa distância entre os pontos extremos (**Gráfico 10**). Em 2006, a razão entre as remunerações desses mesmos grupos de empregados era 6,1, e ela decresce continuamente nas observações sucessivas. Considerando-se esse arco de tempo mais amplo, a tendência é de uma menor dispersão dos rendimentos do emprego formal, com elevações reais bem mais intensas para os trabalhadores menos escolarizados no cômputo geral do período. O ano de 2018 marcou retrações reais — mais suaves em alguns casos, um pouco menos em outros — para todos os

grupos, com a única exceção dos empregados com fundamental completo, que lograram suave variação positiva. Ainda assim, quando se toma a evolução de 2006 até o ano passado, o segmento dos trabalhadores analfabetos acumulava ainda um ganho de 37,3%; os com fundamental completo (aqui tomados isoladamente, sem a agregação com os que iniciaram o ensino médio), de 19,4%. Já quando se chega ao ensino médio completo (sem ingresso no superior), a variação é de apenas 3,4%. Os empregados com ensino superior incompleto, por sua vez, mostram recuo de suas remunerações reais desde meados da presente década, chegando a 2018 com perda de 9,2%

relativamente a 2006. Os que haviam concluído o último grau da escolarização considerada, da mesma forma, ostentavam recuo, embora bem mais brando: 1,9%.

Credenciais escolares que permitiam esperar alguma ascensão no poder aquisitivo dos trabalhadores demonstram ter perdido boa parte dessa potencialidade. Em 2006, a remuneração média de um empregado com ensino médio completo era 31,4% superior à daquele com fundamental completo; em 2018, esse diferencial havia recuado para 13,8%.

Gráfico 10 - Remuneração média (R\$) dos empregados formais, segundo níveis de instrução, no Rio Grande do Sul — anos selecionados



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais.
Nota: valores deflacionados para 31.12.2018 pelo INPC.

2.2 Os ÚLTIMOS 12 MESES (OUT./18-SET./19) CONFORME O CAGED

O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) é outra base criada e mantida no âmbito do Ministério do Trabalho, que se diferencia da RAIS por não abarcar integralmente o universo de estabelecimentos empregadores coberto por aquela base e também por não obter o mesmo grau de resposta dos informantes potenciais. É considerado, portanto, menos preciso, mas tem grande validade e reconhecimento por oferecer uma sinalização confiável e mais imediata dos movimentos do mercado de trabalho formal. Neste tópico, apresentam-se alguns resultados acumulados nos 12 meses⁶ que se encerraram em setembro último, dado divulgado há poucos dias.

O resultado agregado indica uma variação positiva do emprego formal, de pequena monta para a dimensão do mercado de trabalho gaúcho. Na medida em que o Caged não fornece estoques, apenas movimentações de admissões e desligamentos, não se apresenta aqui um percentual de variação, mas vale ter presente que os 15,6 mil postos apontados como saldo positivo no período representam cerca de 0,5% do número de vínculos formais de trabalho que a RAIS informa para o Estado ao final de 2018. Dos setores selecionados, as atividades secundárias (indústria de transformação e construção civil) mostram o pior resultado, somando a eliminação de 7,7 mil vagas (**Tabela 8**).

Para os propósitos deste texto, o ponto central a enfatizar é a continuidade da tendência de elevação da escolaridade da força de trabalho formalmente empregada. No agregado de todos os setores de atividade, as faixas de anos de estudo completo que vão até o ensino fundamental completo (inclusive) tiveram perda líquida de 13,7 mil postos, enquanto o saldo das admissões e desligamentos resultou em

⁶ Utilizam-se, preferencialmente, séries de 12 meses, para contornar distorções advindas de variações sazonais do volume de emprego, que tendem a ocorrer quando se tomam frações do ano.

expansão de 29,2 mil vínculos de trabalho formal de trabalhadores que iniciaram, ao menos, o ensino médio. Mesmo num setor que apresenta retração, a indústria de transformação, observa-se que a movimentação de trabalhadores contemplou a expansão do emprego de ensino médio (incompleto e completo), com pequenas perdas nos estratos de ensino

superior e expulsão clara nas faixas até ensino fundamental completo. No comércio e nos serviços, tomados conjuntamente, geram-se 23 mil vagas adicionais; ainda assim, o emprego de trabalhadores com escolaridade até o fundamental completo, inclusive, retrai-se em 3,5 mil postos.

Tabela 8 - Variação absoluta do emprego formal no acumulado de 12 meses, em setores selecionados, no Rio Grande do Sul — out./2018-set./2019

GRAU DE INSTRUÇÃO	TOTAL	INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	CONSTRUÇÃO CIVIL	COMÉRCIO	SERVIÇOS	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	AGROPECUÁRIA
Analfabeto	74	48	3	22	42	-3	-43
Até 5.º incompleto	-461	-559	-152	-15	470	-27	-147
5.º completo fundamental	-2.172	-1.133	-326	-123	-338	-10	-176
6.º a 9.º fundamental	-2.865	-2.607	-94	61	-93	-47	-46
Fundamental completo	-8.261	-3.383	-1.357	-1.783	-1.776	-49	322
Médio incompleto	5.649	1.677	-353	1.290	2.873	-28	110
Médio completo	18.710	2.260	-1.009	4.492	12.422	-91	441
Superior incompleto	3.073	-373	-10	31	3.400	-23	54
Superior completo	1.816	-226	-155	1.399	904	-30	34
Total	15.563	-4.296	-3.453	5.374	17.904	-308	549

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados.

Nota: O indicador de setembro de 2019 ainda não incorporava as declarações enviadas fora do prazo pelos empregadores



NOVAS FAÇANHAS

NO PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO